

**Reunião Ordinária - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher 07/02/2017 CEDM/PR-**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de 2017, às 08h30 min. em primeira convocação, na Sala de Reuniões do 1º andar da **Emater**, situada à rua da Bandeira, nº 500- Bairro Cabral, em Curitiba-Paraná, estiveram reunidas as integrantes do **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR** para a qual foram previamente convocadas. **Conselheiras presentes:** vice presidenta Terezinha Beraldo P. Ramos (SEDS), Priscila Pacheco dos Santos (SEEC), Jussara Fátima Ribeiro (SEAB), Lúci Weynad Soares (SETI), Melissa Colbert Bello (SEED), Silvia Cristina Xavier (SEJU), Mariana Dallo (Casa Civil), Ana Cláudia Machado (SESP), a presidenta Doris Margareth de Jesus (UBM), Delcinéia Westphal Serconhuk (FETAEP), Vânia Muniz Nêquer Soares (Rede Feminista de Saúde), Giana de Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade), Josiane Gonçalves de Andrade (Rede Mulheres Negras -PR), Josiane Ferreira Liz (Federação de Mulheres do Paraná), Maria Aparecida Martins Santos (FESSMUC), Luciana de Fátima Alonso Kaiser (FETRAF) e Eliana Maria dos Santos (FETEC-CUT/PR). **Totalizando 17 conselheiras.** Registrado também, a presença das colaboradoras, Carmem Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde – processo de nomeação em trâmite), Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS), Promotora Dra. Mariana Bazzo (MP/PR - CAOP), Camila M. Daltoé (Assessora Jurídica -NUPIGE/MP-PR), as convidadas: Sandra de Souza e Adriana M. Dias (gabinete da Vereadora Maria Letícia Fagundes), além da equipe da Secretaria Executiva, Juliana Muller e Regina Amasiles R. Costa. No seu papel, a **Presidenta Doris M. De Jesus (UBM)** informou sobre o adiantamento da pauta (**item 05**) até que se completasse o quorum. Assim, apresentou ao plenário, a Sra. Santa de Souza e a Sra. Adriana M. Dias, representantes da vereadora Dra. Maria Letícia Fagundes, que doravante participarão das reuniões do CEDM/PR como ouvintes. Dando sequência, a **advogada Adriana M. Dias**, responsável pelo assessoramento jurídico da Vereadora na Câmara relatou alguns projetos em estudo: São eles: **1)-** Proposta do passe livre: isenção da tarifa de ônibus à mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, até o deferimento da medida protetiva; **2) -** Prioridade de inclusão da mulher que sofreu violência doméstica ao mercado de trabalho, com apresentação do boletim de ocorrência e ou processo de medida protetiva; **3) -** Vagas em creches e em escolas municipais e conveniadas para crianças filhas de vítimas de violência doméstica; **4) -** Lei do Fiu-Fiu- visando prevenir e punir o assédio sexual realizado em espaços públicos ou privados com acesso público no Município de Curitiba, os quais afetam os direitos das pessoas, em especial, os direitos das mulheres"; **5)-** Desembarque da mulher usuária do sistema de transporte coletivo (após as 22:00 hrs até as 06:00 hrs), as mulheres podem optar pelo local mais seguro e acessível para o desembarque. Na sua vez, a vice presidenta e Coordenadora da Política da Mulher na SEDS, **Conselheira Terezinha B. Ramos**, apontou sentir-se feliz devido a Vereadora ter aberto o seu mandato de forma tão participativa. Aproveitou para esclarecer que o CEDM tem uma Comissão de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e que esse colegiado representa as mulheres de Curitiba e de todo o Estado. Sugeriu que a **Vereadora Maria Letícia Fagundes**, antes de apresentar os seus projetos, viabilizasse uma consulta a essa Comissão do CEDM, que sem dúvida poderá contribuir. **Terezinha** completou afirmando, que em Maringá todas as mulheres que estavam em processo de vitimização, tinham transporte gratuito. A presidenta **Doris M. De Jesus (UBM/PR)** referenciou que essa Comissão analise esses projetos apresentados e o que estiver de acordo, faz-se uma moção de apoio. Já em seguida, a **visitante Adriana** pontuou que esses projetos foram protocolados mas poderão sofrer quantas emendas forem necessárias. Tudo é feito de forma genérica, para depois passarem pelas adequações. A Conselheira **Vânia Muniz Soares (Rede Feminista de Saúde)**, cumprimentou as visitantes, enaltecendo o fato das iniciativas da Vereadora estarem sendo compartilhadas. Questionou os motivos que levaram a extinção da Secretaria Municipal da Mulher, em Curitiba. A visitante **Adriana** apontou que a **Vereadora Dra. Maria Letícia** já se pronunciou a respeito. Não houve omissão, e a Lei extingue



50 por ser uma Secretaria temporária. A **vice presidenta Terezinha B. Ramos (SEDS)** manifestou-se ressaltando que em Maringá funcionou a Secretaria da Mulher com orçamento específico e o  
51 Prefeito assinou um compromisso de mantê-la. Não se pode aceitar uma Secretaria com data  
52 marcada para começo e fim, lembrando que a cada 4 anos é necessário lidar com gestores  
53 diferentes. Abrindo um espaço a conselheira Josiane Ferreira Liz (Federação de Mulheres do  
54 Paraná), perguntou sobre o motivo da não entrega do documento deste Conselho aos novos  
55 gestores municipais quando da realização do Fórum de líderes realizado pelo Estado em Foz do  
56 Iguaçu no final do ano, onde o conselho poderia ter divulgado a importância da manutenção de  
57 mecanismos de políticas públicas para as mulheres nos municípios e enfatizou que não se pode  
58 perder espaços como este onde poderíamos estar dialogando com gestores do estado todo e  
59 propôs que quando ocorrerem reuniões de Associações de Prefeitos, que o CEDM solicite  
60 espaço para apresentar propostas para que os gestores possam implantar ações de  
61 fortalecimento as políticas para as mulheres em suas cidades. O nome da Tenente Lucy, em  
62 Curitiba, é bastante referenciado para encabeçar as lutas pelas mulheres. No seu papel, a vice  
63 presidenta **Terezinha B. Ramos (SEDS)** afirmou que particularmente possui uma posição,  
64 sendo ou não governo, reiterando que durante 4 anos esse Conselho silenciou-se, lembrando  
65 que se teve uma Secretária Vereadora. Perdendo-se muito tempo com a ampliação e  
66 descaracterização da Secretaria da Mulher. E hoje faz-se um movimento para que o Prefeito  
67 Rafael Greca crie uma Secretaria, como se ele tivesse desconstruído a mesma que foi criada  
68 por decreto que auto se extinguiu. É preciso ter coerência, sonoridade e senso comum. Disse  
69 não poder aceitar o silêncio dos movimentos sociais de Maringá. Na sequência, a Conselheira  
70 **Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde)** esclareceu que a Secretaria Municipal  
71 Extraordinária da Mulher foi criada por decreto do Sr. Prefeito Municipal em 31 de janeiro de  
72 2013 com duração de um ano, podendo ser prorrogado, o que foi feito nos anos seguintes  
73 daquela gestão municipal. Esclareceu ainda que o fato de ser uma Secretaria Extraordinária não  
74 favoreceu a sua extinção, uma vez que outras Secretarias Municipais ordinárias foram extintas  
75 pela atual gestão, pois isto só depende de uma decisão do gestor. As visitantes agradeceram a  
76 oportunidade, ressaltando que daqui para a frente, acompanharão as reuniões do CEDM.  
77 **Encaminhamento:** Encaminhar os Projetos de Lei apresentados às conselheiras por e-mail. A  
78 **presidenta Doris M. De Jesus (UBM/PR)** deu sequência a reunião, voltando para os itens da  
79 pauta: **Item 1** – Pauta aprovada. **Item 2** – Ata da Reunião do mês de Dezembro – Realizado a  
80 leitura do documento na íntegra – **Aprovada;** **Item 3** – **Relato das Reuniões Realizadas:**  
81 **Comissão da Casa Mulher Brasileira:** Reunião ocorrida dia 22/12/2016 com a participação das  
82 conselheiras, Ana Cláudia Machado (SESP), Terezinha B. Ramos (SEDS), Alaerte Leandro  
83 Martins (Rede Mulheres Negras – PR), além dos representantes da SMU e SMOP. **Ana Cláudia**  
84 **Machado (SESP)** narrou ter encaminhado uma correspondência ao Banco do Brasil, contendo  
85 as pendências observadas com relação às construtoras. Foi recebida a resposta e será  
86 agendada uma nova reunião com o Banco do Brasil e os responsáveis pela obra em referência  
87 ao novo contrato assinado em dezembro/2016, onde foi retomado o processo do aditivo, com  
88 autorização para executar as reformas necessárias na Casa, já com novos orçamentos. Essa  
89 nova reunião deverá ser aberta a todas, mediante convocatória. Foi comunicado pela **vice**  
90 **presidenta Terezinha B. Ramos (SEDS)** que o Centro de Referência do Atendimento da Mulher  
91 vai mudar-se para o espaço da Casa da Mulher Brasileira. Ao mesmo tempo, comunicou ter  
92 levado todo o material dessa Casa para o Secretário Municipal e também ao prefeito. Existirão  
93 guichês específicos para atender a Região Metropolitana, cujas moradoras já procuram  
94 seguidamente os serviços. Em seguida, **Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde)**  
95 também questionou o atendimento do Judiciário, não prestado a Região Metropolitana.  
96 **Encaminhamentos:** Agendamento da Comissão para o dia 15/02/2017 às 09:00 hrs - Palácio  
97 das Araucárias, 5º B. **Comissão Organizadora p/ o evento do dia 08/03** - A vice presidenta



99 **Terezinha B. Ramos (SEDS)** informou que a reunião agendada para o dia 25/01/2017, não foi  
100 realizada por falta de quorum. **Encaminhamentos:** Reagendamento da reunião da Comissão  
101 para o dia 15/02/2017 às 11:00 hrs, Palácio das Araucárias, 5º B aberto a todas as conselheiras.  
102 **Item 4 – “Petição: Londrina sem Gênero”** - Presente no plenário, a **Promotora de Justiça Dra.**  
103 **Mariana Bazzo** informou as Conselheiras ter trazido um formulário impresso, objetivando  
104 distribuí-lo e colher as assinaturas das componentes desse Colegiado. A Promotora prestou  
105 diversas informações a respeito das medidas a serem tomadas, sobre as declarações do  
106 Vereador londrinense que, com suas falas descabidas, desqualificou o Colegiado e as próprias  
107 componentes. A conselheira **Eliana Maria dos Santos (FETEC- CUT)** que acabara de chegar,  
108 considerou que o Conselho como um todo deveria assinar essa petição. A conselheira **Giana de**  
109 **Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade)**, sugeriu que essas discussões não fossem  
110 perpetuadas, para não dar palco nem voz para esse vereador, que na verdade almeja holofotes.  
111 Contribuindo, a **Presidenta Doris M. De Jesus (UBM-PR)**, apontou que a instituição é que está  
112 sendo ofendida e a obrigação das Conselheiras é justamente defendê-la. A institucionalidade  
113 desse Colegiado remonta de cerca de três mandatos. A conselheira **Melissa C. Bello (SEED)**  
114 apontou que existe uma ofensiva às escolas que pela educação, querem promover a igualdade  
115 de gênero. É uma grande estratégia de propaganda, que se vale de um medo histórico, assim é  
116 necessário que se faça um posicionamento público já que estão sendo colocados medos nas  
117 famílias. Nos dias de hoje, trata-se de um debate a nível internacional e o Conselho deve se  
118 manifestar pois a boataria, sem dúvida, atrapalha o verdadeiro trabalho. Retomando, a  
119 conselheira Giana, afirmou que, enquanto instituição tem-se muitos argumentos porém é preciso  
120 ter posições. Não se sabe se o discurso individual teria mais força do que enquanto Conselho.  
121 **Dra. Mariana Bazzo** apontou que o Ministério Público é ligado às questões criminais e isso  
122 configurou como tal. Existem outras alternativas e uma delas é a Defensoria Pública através de  
123 uma ação cível. A maior preocupação seria expirar o prazo; a representação é retratável e  
124 teoricamente essa ação teria de ser proposta antes dos 6 meses. Afirmou a Promotora que até o  
125 final da semana verá uma forma, com mais subsídios teóricos. Completou a **presidenta Doris**  
126 considerando que é uma luta coletiva e tudo o que for possível, medidas individuais, criminais e  
127 coletivas devem ser tomadas, visando atingir o alvo. **Dra. Mariana Bazzo** dirigiu-se ao plenário,  
128 explicando que a questão poderá então ser encaminhada de forma individual ou coletiva,  
129 podendo ser deliberada hoje. Houve um alerta da conselheira vice presidenta **Terezinha B.**  
130 **Ramos (SEDS)**, para que as conselheiras governamentais consultem a Procuradoria Geral do  
131 Estado, antes de firmarem suas assinaturas em qualquer documento. A **Conselheira Ana**  
132 **Cláudia Machado (SESP)** prontificou-se a fazer as oitivas individuais, lembrando que aquilo  
133 que for dito, deverá constar em ata. Em seguida, a conselheira **Eliana Maria dos Santos**  
134 **(FETCE -CUT/PR)** apontou que nessa questão, a Sociedade Civil deverá estar unida ao  
135 segmento governamental, reforçando a Política em defesa da mulher. **Prazo criminal – até 28**  
136 **de março/17.** Ao pesquisar sobre uma outra forma de reparação a Sra. Promotora fará o  
137 encaminhamento por e-mail a todas. Complementando, a assessora jurídica **Camila M. Daltoé**  
138 **(MP/PR)** relatou que a Dra. Mariana fará também o encaminhamento individual da questão de  
139 gênero em Londrina, porém a jurisprudência ainda não é clara, no sentido de individualizar a  
140 vítima. **Finalização:** prazo para a entrada individual: sexta feira, dia 10/02/2017. **Coletiva** deverá  
141 passar por votação. **Encaminhamento:** O assunto será pautado na próxima plenária. **Item 6 -**  
142 **Informes da Câmara Técnica :- A vice presidenta Terezinha B. Ramos (SEDS)** informou que a  
143 reunião de Janeiro/2017 foi cancelada já que dos 9 Municípios Polos, somente 2 poderiam  
144 estar, devido à mudança de gestores. Continuando, Terezinha fez menção a Nota Pública: ONU  
145 Mulheres externa preocupação com a redução de status das Secretarias de Políticas para as  
146 Mulheres e de Promoção de Políticas de Igualdade Racial. **Item 7 – Informes da Presidência e**  
147 **Secretária Executiva :- Justificativas recebidas:** Tânia Fatima Calvi Tait – CUT - Maria Cristina



148 Fernandes e Janine Trompczynski – SESA - Rosani do Rosário Moreira – APP Sindicato -Alaerte  
149 Leandro Martins – Rede Mulheres Negras-PR - Márcia Regina Coelho – SEET -Luhr de Oliveira  
150 – SEET - Marli Aparecida Batista – SEJU - Angela de Fátima Grande Cartens – SEJU.  
151 **Substituições Realizadas:** Carmem Regina Ribeiro em substituição a Elaine Galvão – Rede  
152 Feminista de Saúde (processo em trâmite). **Ofícios Expedidos:** Ofício 048 a SEED/PR, 049 a  
153 AMP - Associação dos Municípios do Paraná, 050 a União dos Dirigentes Municipais de  
154 Educação do Paraná – UNDIME/PR, todos referindo-se a solicitação dos dados atualizados do  
155 déficit de vagas na Educação Infantil nos municípios do estado do Paraná. Ofícios 051 à 054 –  
156 Convites p/ a reunião da Casa da Mulher Brasileira; Ofício 055 – Convite à Dr. Hermínia – p/  
157 Participação na reunião; Ofício 056 – SESP – Curso a distância. Ofício 057 – SESA – ratificação  
158 do ofício da SINDSAÚDE; Ofício 001/2017- Conselho Estadual de Saúde/participação da  
159 comissão de organização. **Ofícios Recebidos:** Ofício 005/2017 – SESP – Casa da Mulher  
160 Brasileira; Convite –p/ a Reunião do Núcleo da Paz – 08/02/ no período da tarde. No momento  
161 seguinte, a **Secretária Executiva Juliana Müller** apresentou o resumo dos encaminhamentos a  
162 serem remetidos às Conselheiras, com o intuito de esmiuçar as pendências. A **Conselheira**  
163 **Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista de Saúde)** sugeriu a inclusão da pendência sobre a  
164 participação do CEDM na Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Saúde da Mulher  
165 e questionou sobre a realização da apresentação da Sistematização do Plano Estadual de  
166 Políticas p/ as Mulheres 2014-2016 que a Técnica Tatiane Macarini da SEDS ficou de realizar.  
167 **Encaminhamento:** Pautar p/ a próxima reunião no período da tarde a apresentação da  
168 sistematização do Plano. Aproveitando o espaço, a conselheira **Vânia** comunicou que a Rede  
169 Feminista de Saúde irá alterar a sua representação, Carmem Regina em substituição a Elaine  
170 Ferreira Galvão. **Item 8 -** Palavra das Conselheiras:- a conselheira **Vânia Muniz N. Soares**  
171 **(Rede Feminista de Saúde)** fez um manifesto sobre o aumento das passagens em Curitiba,  
172 ressaltando que o referido aumento irá prejudicar a mulher trabalhadora. Nesse momento, pediu  
173 a palavra a conselheira **Eliana Maria dos Santos (CUT/PR)**, interpretando que os servidores do  
174 Estado começaram o ano com novas retiradas de direitos dos professores, aumentando a carga  
175 horária e distribuindo as aulas em diversas escolas, considerou-se que houve um retrocesso  
176 para essa classe de trabalhadores. A Conselheira revelou também que esteve em São Paulo  
177 com um grupo de mulheres, com o objetivo de prestar homenagens à Sra. Marisa Letícia,  
178 esposa do Ex-Presidente Lula recentemente falecida (solicitou ao grupo um minuto de silêncio).  
179 Na sequência, a conselheira **Luciana de Fátima Alonso Kaiser (FETRAF)** despediu-se desse  
180 Colegiado nessa última reunião, ausentando-se por problemas particulares. Agradeceu o  
181 convívio, deixando a todas as Conselheiras o seu carinho. A Presidência e Coordenação  
182 agradeceram a disponibilidade do espaço da Emater, dando por encerrada a presente reunião. A  
183 presente ata foi gravada e redigida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa, digitada  
184 por Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva Juliana Müller. Este documento após aprovado  
185 será inserido no site no CEDM, e publicado em Diário Oficial.